

RETRATO DE CORPO INTEIRO DO BRASIL a cultura brasileira por Fernando de Azevedo*

Profa. Libânea Nacif XAVIER**

Resumo: O estudo propõe a releitura de uma obra de referência no campo da história da educação brasileira – *A Cultura Brasileira* – cuja publicação, em 1942, foi fruto de uma solicitação do Governo Vargas para que Fernando de Azevedo redigisse a “Introdução” ao Recenseamento Geral de 1940. Pretendemos captar o processo por meio do qual um agente histórico e uma obra específica construíram certas concepções acerca do papel dos intelectuais e da Educação na constituição do espaço público brasileiro. Articulando os conceitos **civilização e cultura, ciência e educação**, autor e obra lograram construir uma versão da história da Educação Brasileira que, ainda hoje, permanece informando a produção sobre o tema.

Palavras-chave: Fernando de Azevedo; Cultura; Ciência e Educação.

* Trabalho apresentado no III Congresso Ibero-americano de História da Educação Latino-americana, Caracas, Venezuela, junho de 1995.

**Doutoranda em Educação Brasileira PUC-Rio. Professora de História da Educação Brasileira.

1 APRESENTAÇÃO

Ao apresentar o livro *A Cultura Brasileira* para o público leitor, o autor, Fernando de Azevedo, justificava seu envolvimento na elaboração daquela obra por considerá-la, segundo suas próprias palavras, (...) *uma empresa tentadora, (...) essa de traçar, ainda que em esboço, um retrato de corpo inteiro do Brasil, uma síntese ou um quadro de conjunto de nossa cultura e civilização.*" (Azevedo, 1964, p.21)

Captar alguns traços deste **retrato de corpo inteiro do Brasil**, reunidos em uma obra específica – *A Cultura Brasileira* – por um intelectual de relevante atuação no campo educacional¹ – Fernando de Azevedo – e situado em um momento político particular de nossa história – o Estado Novo – constitui o objetivo mais geral deste estudo.

A Cultura Brasileira é mais um monumento² erigido por Fernando de Azevedo e, como tal, constitui-se em veículo divulgador de uma determinada visão de Educação que, atrelada a certas concepções correntes na época acerca do povo e do papel do Estado, exerceu importância fundamental na elaboração de uma versão da História da Educação Brasileira que ainda hoje se faz presente. Constitui, ainda, um instrumento potencialmente revelador da relação entre intelectual e o poder instituído, entre o campo educacional e o campo político institucional, durante as décadas de 30 e 40.

¹ Tomando como base as formulações de Pierre Bourdieu (1989), entendemos que o *campo educacional* constitui-se por um sistema de linhas de forças no qual os agentes que o formam se opõem e se agregam conferindo-lhe uma estrutura específica. Tal estrutura define-se, em última instância, pelas estratégias de legitimação que incluem a reafirmação da identidade dos agentes ou grupos em disputa, bem como a consagração de suas competências específicas. Assim, a ascensão momentânea de um grupo pode provocar rearranjos na rede de relações já estabelecidas no interior do campo educacional, redefinindo posições adquiridas em lutas anteriores e alterando a sua configuração.

² Ao redigir o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), Fernando de Azevedo inicia a construção de uma memória monumento da educação brasileira, que a publicação de *A Cultura Brasileira* vai consolidar. Tal como Le Goff observou, conceber a obra que estamos nos propondo a estudar como um "*documento/monumento*" implica uma opção metodológica de investigação que procura desvendar as condições de produção da mesma, buscando apreendê-la como o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da historiografia, da época e da sociedade que a produziram e, ainda, das épocas sucessivas durante as quais esta continuou sendo manipulada. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990, verbete "*Documento/Monumento*" (p.535-49).

Já na Introdução, o autor esclarece que o livro deveria reunir **os maiores especialistas** e um abrangente número de dados, demonstrando ser possível o conhecimento científico e a análise racional do Brasil através do estudo de sua cultura.

O mapeamento das intenções que envolveram a produção, divulgação e apropriação de *A Cultura Brasileira*, aponta a necessidade de um olhar mais cuidadoso sobre a teia que esta obra tece. No interior dela, cruzam-se as intenções do Governo Vargas – que encomendara a obra para ser a “Introdução” ao Censo de 1940; as intenções de seu autor – que a erige (e a si próprio) em monumento do desenvolvimento científico no Brasil; e as intenções de seus leitores – que ora se apropriam de suas matrizes interpretativas, ora a (des)qualificam em função de esta ter sido gerada para atender a uma demanda do governo ditatorial do Estado Novo, ora a tomam como objeto de análise. Entre todas estas, a intenção do texto permanece viva e atual porque se reatualiza através das sucessivas leituras que vão sendo feitas ao longo do tempo.

No entanto, dados os limites deste artigo, abordaremos a obra enquanto produto cultural, procurando observar sua lógica interpretativa, destacando alguns conceitos-chave, a partir dos quais o autor interpreta a cultura **nacional** e formula sua versão da história da educação brasileira. Este trabalho situa-se no horizonte de uma primeira aproximação, por meio da qual apresentaremos uma proposta de investigação com vistas a contribuir para o desenvolvimento de análises mais aprofundadas sobre o autor, a obra e sua importância para a história da educação brasileira.

2. O LIVRO

Situada no contexto intelectual, *A Cultura Brasileira* surge como mais um produto da atividade de interpretar o Brasil. Planejada para ser a Introdução de uma série de volumes sob o mesmo título geral – *A Cultura Brasileira* –, esta obra, planejada em proporções gigantescas, deveria ser desdobrada em mais 15 volumes organizados e dirigidos pelo próprio Fernando de Azevedo, mas escritos em colaboração com especialistas de áreas afins, tendo o caráter de aprofundamento dos temas tratados em cada capítulo da parte introdutória. Este

sonho de grandeza só teria sido realizado parcialmente com a publicação de *As Ciências no Brasil* (1954) que constitui o desenvolvimento do capítulo IV – “A Cultura Científica” – como informa o autor no Prefácio à quarta edição.

O livro encontra-se dividido em três partes:

Parte I – *Os Fatores da Cultura*, que trata das condições geográficas, históricas, sociais e políticas da cultura. Nesta seção, Azevedo enfrenta o problema, para ele central, da diversidade do meio físico brasileiro e da constituição populacional baseada na miscigenação de culturas. Em linhas gerais, a questão da constituição da nacionalidade, em um país marcado pelos contrastes físicos e pela heterogeneidade cultural, vai sendo solucionada por meio do reconhecimento de uma **riqueza cultural** latente, depurada pelo colonizador branco e pela imigração européia. Nessa linha, o autor monta uma história econômica que vai da posse do meio geográfico pelo colonizador europeu até o desenvolvimento industrial promovido pelo Estado Novo. História que dá destaque especial para o papel das cidades – entendidas como **focos de progresso e de civilização** – na formação da cultura nacional.

Parte II – *A Cultura*, onde o autor traça um amplo panorama das diversas modalidades de cultura: literária, artística e científica do país. Nesse empenho, ele reconstitui a história das instituições culturais no Brasil desde os primeiros séculos do período colonial, enfocando o desenvolvimento das profissões liberais; a criação de instituições de cultura; a penetração dos procedimentos científicos e a laicização da arte, a partir do século XIX.

Parte III – *A Transmissão da Cultura*, que constitui o núcleo a partir do qual Azevedo constrói a sua versão sobre a história da educação brasileira. Por meio de uma narrativa que mescla memória e história, Azevedo mantém a mesma estrutura cronológica evolutiva que marca as duas primeiras partes do livro, situando a si e ao movimento de **renovação educacional** ao qual encontrava-se ligado em uma linha de continuidade com a orientação política adotada durante o Estado Novo. Falando na posição de agente do Estado, Azevedo desenvolve a crítica ao federalismo e à descentralização político-administrativa, adotada com a implantação do regime republicano, considerados como fortes obstáculos para a constituição de um sistema de

ensino unificado. Cabe ressaltar que a constituição de um sistema nacional de ensino é o ponto de chegada a partir do qual Azevedo articula sua interpretação e hierarquiza os fatos e processos históricos que compõem a narrativa.

A articulação entre as três partes do livro sugere, à primeira vista, uma linha de continuidade que vai da fragmentação – dispersa no que ainda são Fatores – ao planejamento e à unidade, garantidos pelos sistemas organizados de Transmissão da Cultura.

Ao longo da obra, emergem alguns argumentos freqüentes em toda a narrativa. Estes argumentos se articulam em torno de uma idéia central: a idéia de que a evolução de nossa história e a história de nosso sistema de educação também partem da dispersão e do fragmentário e vão evoluindo rumo à unidade e à racionalidade.

Nesse sentido, é sugerido ou reafirmado em partes distintas do livro que a verdadeira essência do ensino deve ser a sua vinculação a fins práticos e utilitários. Esta idéia se desdobra na defesa de uma política educacional montada a partir de um plano orgânico e articulado, elaborado com base em parâmetros científicos. Daí a intenção em conhecer e tornar mais conhecida a realidade nacional para, em seguida, interpretá-la e, só então, no momento oportuno, traçar um plano de intervenção.

Sempre que possível, Azevedo resalta a importância do estudo científico da Educação Brasileira como metodologia para se desvendar a realidade e como estratégia de intervenção social – seja por meio da descrição dos processos educativos, seja pela análise da legislação escolar ou dos planos e programas de ensino.

Ao montar uma síntese abrangente do **estado da cultura no Brasil**, seu autor reúne um grande número de referências dos produtores, das produções e das instituições de cultura existentes até então. Neste empenho, opera a seleção das obras alçadas ao panteon da Cultura Nacional, reservando à própria este espaço privilegiado. Logo no Prefácio à terceira edição (1958), Azevedo trata de situar o lugar de sua obra na história do país, revelando suas expectativas em relação à obra, como podemos ver na citação abaixo:

Mas, se todo livro tem sua história, simples e obscura ou agitada e brilhante (e nenhum vale por suas origens ou pelas circunstâncias que o provocaram, mas pelo seu valor intrínseco), todos também têm o seu destino. (...) Se o deste é, como me parece já tenha sido, o de servir ao meu país para o tornar mais conhecido, (...) é esse um destino feliz. (Azevedo, 1964, p.23)

Em primeiro lugar, é clara a preocupação em explicar, mais do que em entender, o Brasil. Em segundo, a recomendação de que a valorização do livro se dê pelo seu conteúdo, ou seja, pelo conjunto de informações e argumentos interpretativos elaborados por seu autor e não pelas circunstâncias nas quais foi produzido. Certamente, a vinculação daquela obra a uma demanda oficial lhe subtrairia o valor intrínseco, comprometendo o seu impacto nos círculos intelectuais. Por fim, a expectativa de garantir ao livro uma **história agitada e brilhante** tornou-se realidade e foi registrada por Azevedo nos anos posteriores, como podemos comprovar pela leitura de um artigo por ele assinado, intitulado *Porque escrevi A Cultura Brasileira*, e publicado no *Jornal do Brasil*, em junho de 1973. Depois de relatar como se deu a escolha de seu nome, primeiro para dirigir os trabalhos do Censo e, em seguida, para escrever a Introdução, Azevedo qualifica *A Cultura Brasileira*, como:

(...) Esse, o livro que depois correu mundo, em português, já com cinco edições, quer dizer com 35 mil exemplares, e a tradução em inglês, com dez mil exemplares. Ambas as edições, a em português e em inglês, já inteiramente esgotadas. Era esse um livro que nunca pensei em escrever: livro até esse momento completamente fora de minhas cogitações, voltadas então, para a análise, crítica e reconstituição das teorias sociológicas. (...)

O livro apontado como uma das dez obras fundamentais de nossa literatura de todos os tempos. O livro que nunca pensara em escrever. Livro de encomenda, mas planejado e escrito como se fosse obra em que eu tivesse pensado maduramente em qualquer fase de minha vida. (Azevedo, 1973)

3. CIVILIZAÇÃO E CULTURA, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO

Ao contrário de Gilberto Freyre, que construiu uma interpretação da **cultura brasileira** ancorada na marca da miscigenação; ao contrário de modernistas,

como Mário de Andrade, que buscavam traços de nossa identidade na cultura nativa, Fernando de Azevedo persegue, ao longo desta extensa obra, uma síntese totalizante para construir a sua versão da **cultura brasileira**. Síntese que, nas palavras do autor, busca apreender *“a alma ou mentalidade coletiva (...) exprimir o que há de comum entre regiões extremamente diferenciadas, mas próximas uma das outras, pela unidade fundamental da formação de um povo, impregnado pelo catolicismo (...) e pela influência portuguesa, preponderante na interpenetração dos elementos indígena e africano”* (Azevedo, 1964, p.24)

Nessa linha, o termo **cultura brasileira** é tratado sempre no singular. O autor não considera as diferenças, mas, quando esta aparece, é sempre como elemento dificultador, um problema a ser superado. Articulada à categoria nacional, a **cultura** é vista como o elemento que faz a ponte entre o universal e o nacional, como fonte de elaboração da consciência nacional. Aí, a educação é definida como sendo o próprio veículo da cultura e da civilização.

Cultura e civilização aparecem como conceitos interligados na medida em que o autor considera que o grau de civilização de um povo pode ser medido pelo estágio de desenvolvimento cultural alcançado pelo mesmo. Azevedo relaciona o termo Civilização à capacidade de um povo em exercer o autocontrole sobre suas emoções. Assim expressa o autor:

(...) a civilização se apresenta entre nós, com os seus caracteres fundamentais (...) como o demonstram a doçura de costumes, o respeito à pessoa humana, a tolerância e a hospitalidade nas relações entre os cidadãos e em face do estrangeiro (...). Como parte integrada ao processo civilizador, a Cultura é, portanto, entendida dentro de uma perspectiva intelectualista relacionada ao conjunto de habilidades expressas nas manifestações filosóficas, científicas, artísticas e literárias, aspectos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo civilizador. (Azevedo, 1964, p.9-11).

Cultura e Civilização: são estes, dois conceitos essenciais na interpretação do autor, na medida em que são entendidos como elementos reguladores das relações dos indivíduos e grupos entre si, e destes com o todo – Estado ou nação.

Na visão do autor, tal operação só se realizaria pela ação dos homens de cultura e em cooperação com o Estado. Daí a importância atribuída ao papel dos intelectuais, seja na produção dos bens culturais, seja na formação de mentalidades através da atividade educativa. Uma das grandes preocupações de Azevedo é demarcar com clareza o tipo de intelectual adequado para realizar esta tarefa. A crítica aos intelectuais de formação marcada pelo diletantismo e pela retórica é uma constante. Contra este modelo, ele defende o intelectual moderno, informado pelo sentido de sua missão social e legitimado pela capacidade de promover uma intervenção racional na sociedade.

Deste ponto de vista a Educação é encarada como instrumento e a Ciência como elo unificador. Do binômio Educação/Ciência extrai-se o consenso para a construção da própria identidade nacional. O tom do consenso é dado pela validade universal atribuída às intervenções sociais e políticas embasadas no conhecimento científico.

Em síntese, é significativa a opção do autor em definir o termo Cultura não na sua acepção antropológica, mas em seu sentido restrito, optando pelo entendimento da cultura como *“esse estado moral, intelectual e artístico (...) compreendendo o estudo desinteressado das ciências e das artes”* (Azevedo, 1964, p.37)

Tal opção conceitual conduz a análise e interpretação da cultura brasileira pelos caminhos da história das instituições formais de ensino e de suas respectivas formas de promover a transmissão da cultura. Na interpretação do autor, portanto, constituem elementos privilegiados os homens de artes e de letras e suas obras. Junto a estes personagens, elementos como as instituições de ensino, os métodos e os processos educativos, a legislação do ensino e o debate educacional ganham especial relevo.

Outra marca do texto em questão é a preocupação com a unidade nacional vista como elemento fundamental para a formação da identidade cultural do povo brasileiro. Ao traçar uma marcha para a unidade nacional, o autor sinaliza o advento da Cidade e o processo de urbanização em curso, como o momento

em que se dá uma maior aproximação do povo brasileiro consigo mesmo. Neste quadro, a cidade é entendida como elemento vital para a constituição da maioria cultural do povo brasileiro, como podemos ver na citação a seguir:

“Em todas as civilizações, exerceram as cidades, que são fenômenos de concentração, um papel de maior importância na formação da cultura na sua acepção intelectual: poderosos instrumentos de seleção social, não só fazem atrair a si, como pensa Hansen, por uma seleção por assim dizer mecânica, os melhores elementos do país, como também, além de selecioná-los, contribuem para fazer o seu valor, na observação de Weber, tornando atuais os méritos que não eram senão virtuais e superexcitando forças que, sem este estimulante, permaneceriam inativas e adormecidas. (Azevedo, 1964, p.128)

O grande projeto de Azevedo seria, nesta linha, a elaboração e aplicação de um plano de intervenção social visando despertar o país de feitio rural e assentado, portanto, em **forças inativas e adormecidas**, para transformá-lo em civilização urbano-industrial, dotada de grandes centros de cultura (as cidades), sendo estas detentoras de um sistema organizado de **transmissão da cultura** (as instituições de ensino) e capazes, por seu próprio ritmo e movimento, de fazer emergir “*as capacidades latentes e dispersas na população (...) operando assim como fatores poderosos no processo de unificação da vida nacional*” (p.156).

4. A VERSÃO DA HISTÓRIA

Definidos esses pressupostos iniciais, procuraremos demonstrar como se dá, na Parte III de *A Cultura Brasileira*, a construção de uma certa versão da história de nossa **evolução cultural**. História que retrata o desenvolvimento das instituições de ensino, a partir de uma linha de continuidade que apaga certos conflitos e elege determinados marcos dentro de uma lógica que tem sua síntese no que Azevedo chamou de “*marcha resoluta para uma política nacional de educação*”

A *Cultura Brasileira* apresenta como particularidade o enquadramento da memória a partir da ordenação do tempo histórico. Analisando-se a Parte III, percebe-se o estabelecimento de uma hierarquia temporal na qual o período colonial é valorizado em função da ação cultural unificadora exercida pelos jesuítas e padres capelães na medida em que, segundo o autor, a ação destes agentes teria desempenhado *“um importante papel na conservação da cultura brasileira no sentido europeu e de sua unidade no sentido nacional”* (Azevedo, 1964: p.534-535). Assim, ao mesmo tempo em que Azevedo recompõe a formação da cultura brasileira, inserindo-a na tradição da civilização ocidental, ele dá mostras de que esta cultura, apesar de já possuir uma tradição, encontra-se ainda em formação. Esse período de latência perdura, segundo Azevedo, por toda a fase colonial e imperial, sendo caracterizado como *“um tipo de mentalidade marcada pelo espírito literário e livresco, pela falta de audácia construtiva e pela preocupação excessiva com as fórmulas jurídicas”* (...) (p.534).

Nessa linha, o passado é descrito através de uma série de ausências: de organização, de iniciativa, de unidade, de coesão, de continuidade, de espírito científico e filosófico, entre outras expressões utilizadas pelo autor. Mas, certamente, a maior de todas as ausências, enfaticamente reclamada na análise de qualquer contexto anterior à Era Vargas, é a ausência de um sistema nacional (e unificado) de ensino.

Fazendo menção às iniciativas educacionais do século XIX, Azevedo discute os avanços e limites que cada uma delas carregava e, como ponto comum, observa que:

A dispersão dessas e outras instituições que surgem isoladas, e não chegam a enquadrar-se em nenhum sistema provém, sobretudo, do caráter fragmentário das iniciativas e reformas e da completa ausência de uma política de educação. (Azevedo, 1964, p.638)

Da mesma maneira, as reformas da instrução pública, implementadas a partir da década de 20, não traduziam, segundo o autor, *uma política orgânica traçada pelas elites governantes, mas antes as tendências pessoais de educadores determinados, que agiam por sua própria conta, no sentido das idéias novas* (...)

(p.646). Mais adiante, porém, Azevedo define o caráter das reformas, dentre as quais a do Distrito Federal (1927-1930) que o próprio Azevedo coordenou, considerada *a mais revolucionária e a de maior repercussão*. O aspecto revolucionário é justificado pelo entendimento deste conjunto de reformas como um movimento (...) *de caráter local, nas suas origens, mas nacional nos seus propósitos e nos efeitos (...)* e por marcarem, na visão do autor, *a fase mais importante no desenvolvimento de uma política nacional de educação*. (Azevedo, 1964, p.650)

Como podemos observar, insistindo em analisar cada contexto histórico a partir do que deveria ter sido feito em matéria de organização do ensino, no sentido da formulação de um sistema nacional, Azevedo traça e retraça as bases de um projeto modernizador, passível de ser enquadrado na política centralizadora do Governo Vargas, mas que, no entanto, só se revela através do movimento educacional que ele próprio liderava.

Vale destacar o termo "modernização conservadora", utilizado por Simon Schwartzman (1985, p.270) para qualificar a política educacional de Gustavo Capanema, Ministro da Educação do governo Vargas durante o Estado Novo. O termo expressa a conciliação de duas orientações aparentemente paradoxais: segundo Schwartzman, o aspecto modernizador da política educacional de Capanema revela-se no empenho em se criar um sistema de ensino forte e abrangente marcando, ainda, uma preocupação constante com o desenvolvimento da atividade cultural e artística. Por seu turno, a concepção conservadora acerca do ensino, da arte e das manifestações culturais acabou servindo a interesses utilitários, que visavam, sobretudo, mobilizar o sentimento cívico da população. Da mesma forma, a administração do ensino se efetivou por meio de práticas conservadoras embasadas na centralização política e administrativa, que não permitiam a organização de instituições educacionais e culturais livres e autônomas, fora da tutela ministerial.

Enfatizando o lado modernizador da política educacional de Capanema, Azevedo apaga a força do embate com os grupos conservadores, que resultou no seu alijamento do Ministério da Educação e restringiu seus espaços de atuação

no movimento de renovação do ensino³ Nessa operação, Azevedo cria em seu próprio texto as condições para a construção de uma versão da história da educação brasileira que atribui ao autor, ao movimento que ele liderava e à própria obra, um lugar privilegiado.

Apresentando o movimento das reformas educacionais promovidas a partir da década de 20 como *"a fase mais importante do desenvolvimento de uma política nacional de educação"*, Azevedo legitima sua própria trajetória e a de seu grupo. Por este prisma, o movimento de renovação educacional é apresentado como o marco que dá a chave para delimitar o que se considera passado, para demarcar as grandes questões do presente, e, finalmente, para definir o que se aponta para o futuro. Por este motivo é que a interpretação do passado é feita com base na negatividade, enquanto que a descrição do presente se faz por meio da apresentação de projetos em andamento, considerados capazes de preparar a entrada do Brasil no rol das nações civilizadas. Mas, especialmente quando descreve sua própria atuação no campo educacional é que a narrativa do autor ganha um tom de positividade. Assim, o Inquérito sobre a Instrução Pública promovido pelo jornal *O Estado de São Paulo* e coordenado por Fernando de Azevedo é considerado *"um dos mais importantes documentos da história do*

³ Em 1935, Azevedo fora indicado para o cargo de diretor nacional de Educação do MESP, mas ò opositor do grupo católico, Alceu de Amoroso Lima, veta seu nome. Quatro anos mais tarde, outra indicação, desta vez para a Comissão de Ensino Primário, era novamente vetada (Ver: Schwartzman, 1984: 85). Ainda, a Reforma do Ensino no Distrito Federal, por ele iniciada, e que até 1935 vinha tendo continuidade com Anísio Teixeira, fora desorganizada em função da perseguição sofrida por seu sucessor, acusado de comunista. A extinção da Universidade do Distrito Federal (UDF), idealizada por Anísio Teixeira – e substituída pela Universidade do Brasil, destinada a ser o modelo para as demais – além de cerrar mais um espaço de atuação de um dos seus, submetia as outras universidades, inclusive a USP, ao controle padronizador do Estado. Como consequência do processo de padronização, ocorre o fechamento do Instituto de Educação, na época dirigido por Fernando de Azevedo, e sua incorporação à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. Além disso, a direção da FFCL era entregue a um católico, Alexandre Correia, desestabilizando não só a situação funcional de Azevedo (pressionado pela aposentadoria compulsória) como atingindo irremediavelmente o seu projeto educacional. (Ver a respeito: TOLEDO, Maria Rita. *Fernando de Azevedo e a Cultura Brasileira ou As Aventuras e Desventuras do Criador e da Criação*. Fac. Educação PUC/SP, 1995 (Dissertação de mestrado). A autora realizou uma extensa pesquisa no arquivo pessoal de Fernando de Azevedo e na documentação relativa ao Recenseamento Geral de 1940, trazendo importantes contribuições para a reconstituição da trajetória do autor e da obra em questão.

movimento de renovação escolar que tomou corpo em várias reformas (...)“
Dentre os diversos projetos de reforma do ensino arrolados no capítulo IV, a Reforma do Distrito Federal (1928), dirigida pelo próprio Azevedo, é alçada à categoria de *“ponto culminante do movimento de renovação educacional no Brasil”* (p.655) ou de *“geratriz do grande movimento renovador da educação no Brasil”*, ou, ainda, considerada como sendo *“de todas a mais vigorosa”* (p.647). Desta forma, Fernando de Azevedo legitima sua própria atuação, reforça seus feitos e demonstra a abrangência e amplitude de suas realizações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ampliar a percepção da obra – *A Cultura Brasileira* – e de seu autor – Fernando de Azevedo – em uma perspectiva generalizadora, nossa intenção foi enquadrar a ambos no que Darnton (1986) chamou de *“idioma geral de uma época”*. Assim, entendemos o autor como agente coletivo, ou seja, como alguém que partilha com seu grupo – o grupo *“dos pioneiros da educação nova”*⁴ – um projeto comum de intervenção na esfera da cultura, mais especificamente na constituição do sistema público de ensino em nosso país.

A obra de Fernando de Azevedo acompanhou o processo de diferenciação do campo político, iniciado com a Revolução de 30 e consolidado no período do Estado Novo. No que se refere à relação entre os intelectuais e a política, o regime Vargas marca uma diferenciação sobretudo porque propicia a criação de uma *intelligentzia*, na medida em que amplia os espaços para a participação dos intelectuais na política.

Se nas décadas de 20 e 30 os intelectuais, entre eles os **pioneiros**, marcaram presença no cenário político, atuando no aparelho de Estado e defendendo o direito de intervir na organização do país, a partir de 1937, com a instauração do Estado Novo, se dá a incorporação de parte significativa da intelectualidade brasileira ao projeto de organização da cultura promovida pelo novo regime.

⁴ Nome pelo qual ficaram conhecidos os educadores filiados aos princípios da *Escola Nova* e que, durante as décadas de 20/30, implementaram as reformas da instrução pública nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Bahia.

A auto-representação de grupo de vanguarda, detentor da nacionalidade imersa na diversidade cultural do povo brasileiro, era partilhada por grande parte da intelectualidade brasileira. Por sua vez, o discurso estadonovista visivelmente absorveu esta auto-representação, em nome da qual buscou a cooperação de parte da elite intelectual por meio de um chamado que visava, sempre que possível, diluir as fronteiras entre o “homem de letras” e o “homem político” (Velloso, 1987)

A narrativa de Fernando de Azevedo em *A Cultura Brasileira* visivelmente se utiliza desta diluição de fronteiras entre o intelectual (ou técnico) e o político, operando não a despolitização do movimento, mas, sim a sua politização em novos termos, como assinalou Carvalho (1986). Tal operação pode ser entendida como uma estratégia defensiva, um movimento tático de potencializar ao máximo a oportunidade de reafirmar a identidade do grupo e a importância de seu projeto de intervenção na política educacional.

Durante o Estado Novo, muitos intelectuais responderam ao chamado do Governo que lhes delegou a missão de porta-vozes da consciência nacional e lhes convidou a partilhar da formulação de um projeto político-pedagógico que envolveu o duplo esforço de autoconhecimento enquanto nação e de educação das massas de acordo com os ideais doutrinários do regime.

Nesse empenho, o governo pretendia a racionalidade e a interferência em todos os setores da vida nacional. Para tanto, Vargas procurou criar condições para reunir e sistematizar o maior número possível de informações que permitisse a criação de um **plano orgânico, sistemático e completo** de intervenção. A criação de órgãos nacionais de estatística, como o IBGE, e a realização do Recenseamento de 1940 incluem-se nesta estratégia.

Dessa forma, o Conselho Nacional de Estatística, criado no período, tornou-se um órgão consultivo de alto nível, ficando responsável pela **orientação estatística nacional e interpretação de seus resultados**, opinando sobre questões de política de amparo à família, recomposição do quadro das unidades políticas nacionais e muitas outras. De acordo com Schwartzman (1983), o setor de estatísticas transformou-se assim em um importante ponto de reunião de talentos do Governo Vargas.

A realização do Censo representa um aspecto deste esforço e a publicação do Recenseamento Geral de 1940 demonstra o empenho na divulgação de “um retrato aprofundado da nação”. A participação de Fernando de Azevedo nos trabalhos relativos ao Recenseamento foi curiosa, pois, tendo recusado o convite para ser o Presidente da Comissão Censitária Nacional, incumbida de organizar, preparar e fazer executar o recenseamento, Azevedo não se furtaria em atender à solicitação de escrever a Introdução ao Recenseamento a qual resultou em sua obra de maior envergadura: *A Cultura Brasileira*. Como demonstrou Toledo (1995, p.77-90) a recusa e a aceitação de convites por Fernando de Azevedo podem ser entendidas como estratégias através das quais o autor procurava se aproximar de posições que lhe garantissem maior interferência em um campo que elegera como seu: o campo educacional.

Por outro lado, podemos situar a obra dentro do movimento mais geral de consolidação das Ciências Humanas no Brasil. Nesse movimento, a História da Educação teria funcionado como um instrumento de vulgarização de teorias e experiências em curso por intelectuais dispostos a pensar projetos de sociedade e de educação, e a Sociologia como arsenal técnico de medida, análise e planejamento. Ao mesmo tempo, dava-se o fortalecimento do Estado Nacional em torno de um projeto de civilização que priorizava o desenvolvimento urbano e industrial por meio da intervenção racional do Estado, implementado pelas elites políticas com o apoio de setores das elites intelectuais.

Análises mais aprofundadas da trajetória deste autor e de sua obra nos permitirão, portanto, compreender melhor o processo mais geral de constituição do Estado Republicano no Brasil, revelando aspectos específicos da configuração do campo educacional como campo de produção de saberes, espaço de atuação de uma fração da elite intelectual e área de política setorial do Estado Nacional.

Acreditamos que um levantamento de livros posteriores que funcionaram como manuais didáticos de História da Educação Brasileira poderá comprovar a importância do livro *A Cultura Brasileira* como fonte de informação e matriz interpretativa que alimentou parte significativa da produção sobre a história da educação brasileira.

Fernando de Azevedo foi, ele próprio, um criador da representação do campo educacional como um campo de saberes específicos fundado no

conhecimento científico e integrado no conjunto das ciências humanas. Azevedo procurou ampliar as fronteiras deste campo, estabelecendo relações entre o campo teórico-científico e o campo político-institucional, este último potencial provedor da aplicação prática dos saberes produzidos pela elite intelectual em um projeto político-pedagógico que acreditava ser possível trazer a modernidade à nação através da organização dos sistemas de ensino dos grandes centros urbanos do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- _____. Por que escrevi A Cultura Brasileira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, junho. 1973.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel. 1990
- CARVALHO, Maria Marta Chagas de. *Molde Nacional e Forma Cívica: Higiene, Moral e Trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação*. São Paulo, 1986, Tese (Doutoramento) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- _____. O Novo, o velho, o perigoso: relendo a Cultura Brasileira. *Cadernos de Pesquisa (São Paulo)*, v.71, p.29-35, 1989.
- _____. Notas para a reavaliação do movimento educacional (1920-1930). *Cadernos de Pesquisa (São Paulo)*, v.66, ago., 1988.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Grahal, 1986.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.
- MARTINS, Luciano. A Gênese de uma Intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil (1920-1945). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.2, n.4, p.65-87 1987
- SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um auto-retrato: (Arquivo Gustavo Capanema)*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. (Coleção Temas Brasileiros)
- _____. et alii. *Tempos de Capanema*. São Paulo: EDUSP / Paz e Terra, 1984.
- _____. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Brasília)*, v.66, p.153, maio/ago. 1985.

TOLEDO, Maria Rita (1995). *Fernando de Azevedo e a Cultura Brasileira ou As aventuras e desventuras do Criador e da Criatura*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, PUC-SP.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. 1987

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, PUC-Rio.

Abstract: This article proposes a rereading of a reference work in the history of the brazilian education published in 1942 – *The brazilian culture*. This work was a result of the government's requests to Fernando de Azevedo to write the "Introduction" to the General Census of 1940. This study intends to understand how one historic agent and a specific work have built a conception of the intellectuals and Education's role in the constitution of the brazilian public space. Observing the way the concepts of *civilization* and *culture*, *science* and *education* are articulated, it was possible to establish some connections between a conception of *culture* and the building of a version of the History of the brazilian education.

Keywords: Fernando de Azevedo; Culture; Science and education.

(Recebido para publicação em 6 de janeiro de 1998.)